

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ:

Didática da História entre horizontalidades e verticalidades

Organizadores:

Cristiano Nicolini (Universidade Federal de Goiás)
cristianonicolini@ufg.br

Thiago Augusto Divardim de Oliveira (Instituto Federal do Paraná)
thiagodivardim@gmail.com

No ano de 2012, no primeiro número do volume 17 da História Revista, a professora Maria da Conceição Silva organizou o dossiê temático Linguagens Escolares e Educação Histórica, apresentando um tema que, naquele contexto, vinha ocupando espaços nas discussões acadêmicas. A publicação se inseria nos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Didática da História e Educação Histórica (CNPq), da Universidade Federal de Goiás. Segundo afirma no texto de apresentação, o grupo mantinha um profícuo diálogo com pesquisadores sediados em outras universidades, brasileiras e estrangeiras, cujo processo vinha se tornando mais intenso por ocasião dos encontros nacionais e internacionais. O dossiê reuniu discussões sobre a Didática da História e as metodologias utilizadas para o tratamento com as linguagens da História na escola, articulando-se aos debates sobre a profissionalização na área da História, que naquele cenário eram frequentes nos diferentes espaços de ensino e pesquisa. Silva (2012) evidenciou o reconhecimento da Didática da História aplicada ao ensino, cujo eixo são as especificidades do pensamento histórico, e a Educação Histórica, que vinha contribuindo para uma nova metodologia de ensino da História.

Seis anos depois, na edição número 2 do volume 23 da revista (2018), a professora Maria da Conceição Silva organizou um segundo dossiê nesta perspectiva, agora em parceria com o professor Jorge Luiz da Cunha, da Universidade Federal de Santa Maria – RS. Sob o título A Aprendizagem Histórica e os usos de Narrativas (Auto)biográficas, o conjunto de artigos organizado pelos docentes retomou as discussões de 2012, porém com maior ênfase à concepção de aprendizagem histórica em suas diversas vertentes teórico-metodológicas, bem como os usos de narrativas (auto)biográficas na formação de professores de história e na práxis escolar na educação básica.

Agora, na edição número 2 do volume 28 (2023), apresentamos o dossiê Didática da História entre horizontalidades e verticalidades, organizado pelos professores Cristiano

Nicolini (UFG) e Thiago Augusto Divardim de Oliveira (IFPR). A proposta visa dar sequência e ampliar as discussões reunidas nos anos de 2012 e 2018, sintonizadas com mudanças e desafios que os campos da Didática da História e da Educação Histórica vêm reconhecendo nos últimos anos. Considerando esses novos cenários e sujeitos que pesquisam e ensinam História nos diferentes espaços sociais, seja em instituições como a escola e a universidade ou para além delas, retomamos metaforicamente o que apontava Milton Santos (2006) acerca das verticalidades no mundo contemporâneo: ou seja, as manifestações das forças exógenas, cujas racionalidades vêm de fora, de cima e de longe e que incidem e/ou se instalam no território, provocando desagregação, divergência e desordem. Essas forças, porém, podem promover também novas possibilidades e dinâmicas. Em outro movimento, as horizontalidades atuam na ordem local, expressando as forças endógenas, cujas racionalidades engendradas de dentro e de perto criam agregação e convergência, mas não isentas de conflitos e disputas.

Usando esses conceitos do pensamento geográfico para situar a Didática da História no campo da pesquisa e do ensino, é possível identificar que, durante muito tempo, ela foi confundida com a ideia de métodos e técnicas para ensinar história na escola, como já se apontava nos dossiês de 2012 e 2018 anteriormente referenciados. Desde a década de 1960, no entanto, essa nomenclatura tem sido reformulada a partir das contribuições de pensadores alemães como Klaus Bergmann (1990) e Jörn Rüsen (2015). A tradição alemã da Didática da História (*Geschichtsdidaktik*) argumenta que ela se interessa tanto pelas interpretações da história realizadas pelo ensino de história na educação básica quanto pela circulação social das elaborações de sentido para o passado presentes na cultura histórica de modo mais amplo. Tal matriz de pensamento influenciou verticalmente muitas produções no Brasil e em outros países.

Apesar desta consolidação que vem ocorrendo há mais de três décadas, a Didática da História enfrenta no tempo presente outros desafios interpostos por novas perguntas e novos dilemas emergentes. Dentre esses desafios, podemos mencionar as novas epistemologias, a história ambiental, a interculturalidade, as histórias públicas e outros temas e abordagens que exigem uma superação de certas verticalidades e a ampliação das horizontalidades no ensino e na pesquisa em História. Neste sentido, tem sido possível perceber, em eventos e publicações do campo, novos diálogos teóricos que relacionam (seja

por adesão ou contraponto) os elementos da crítica decolonial, as discussões com autores da Educação a partir de uma perspectiva brasileira (a exemplo do centenário de nascimento de Paulo Freire e suas repercussões), bem como apontamentos sobre a necessidade de defesa do humanismo e mesmo de sua superação a partir da crítica à divisão entre mundo da natureza e o ser humano como seu dominador e produtor de cultura. Além disso, destaca-se a ampliação da relação entre a História e as narrativas em tempos de negacionismos, e também das articulações entre história e sentimentos de identidade ou de negação de discursos tradicionais de identidade (como na recusa e ressignificações de monumentos).

Para responder a essas demandas e inquietações do tempo presente, o dossiê recebeu oito produções oriundas de diferentes espaços e contextos em que a Didática da História e a Educação Histórica se articulam e geram interfaces com outras perspectivas como a História Pública, a História Digital e outras tendências recentes. Na primeira parte desse conjunto, os autores Max Lanio Martins Pina, no texto A Didática da História em Goiás: trajetória disciplinar de um campo de formação de professores e reflexão do ensino e aprendizagem histórica na FH/UFG, e Arnaldo Martin Szlachta Junior e Wilian Junior Bonete, no artigo A Didática da História: um inventário das proximidades em pesquisas na Europa e Canadá, promovem reflexões a partir de pesquisas desenvolvidas em distintos contextos e empregando metodologias que ora se aproximam, ora de distanciam, mas que apresentam um interessante mapeamento das produções no campo da Didática da História, no âmbito brasileiro e internacional.

Pina situa a discussão a partir dos debates promovidos pelos intelectuais acadêmicos alemães, que reivindicaram a formulação de uma maneira peculiar de conceber a utilidade da História para a vida prática, considerando que essa ciência social aponta para o passado e para o futuro, mas situa a vida cultural do presente. O autor identifica essa reflexão histórico-didática para analisar a evolução da disciplina Didática da História no contexto dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, utilizando para isso resoluções, projetos pedagógicos de curso e planos de ensino de várias disciplinas para compreender as articulações com a formação de professores e com a reflexão e investigação sobre o ensino e a aprendizagem histórica. Pina constata que o Centro-Oeste tem sido local em que reflexões teóricas e epistemológicas e uma série de investigações acadêmicas de ordem empírica aconteceram na última década, em cujo processo a referência ao pensamento

de Jörn Rüsen está presente em grande parte das disciplinas da graduação e da pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, refletindo o seu profundo alcance no campo da didática, teoria e filosofia da história.

Já Szlachta Junior e Bonete analisam os estudos sobre a aprendizagem histórica desenvolvidos a partir das perspectivas da Didática da História e da Educação Histórica e que ganharam relevância nos últimos vinte anos, no Brasil. Segundo os autores, atualmente essas produções científicas estão presentes em diversas instituições de ensino superior brasileiras, respectivamente nos programas de pós-graduação em Educação, em História e nos mestrados profissionais. O objetivo central do artigo é, nesse sentido, apresentar as diversas perspectivas da Didática da História em diferentes países europeus e as experiências de pesquisa no Canadá, cuja proposta surge no momento em que vários autores têm criticado os estudos em Didática da História e sua potencialidade de contribuir para a “compreensão do ensino da história, dos processos de aprendizagem histórica e de fornecer respostas para as diversas crises de sentido e experiências do tempo presente que marcam a realidade brasileira e latino-americana”. Nesse quadro de análise, os conceitos de consciência histórica, cultura histórica e identidade variam de acordo com o contexto e as referências teóricas utilizadas, pois os pesquisadores adaptam, reinterpretem e aplicam esses conceitos de maneiras diversas para investigar o ensino e a disseminação do conhecimento histórico na sociedade. Por fim, os autores apresentam uma interpretação sobre diferentes trabalhos realizados sob a perspectiva da Didática da História em cinco países: Alemanha, França, Espanha, Itália e Canadá.

Os artigos que compõem a segunda parte do dossiê contemplam abordagens da Didática da História e da Educação Histórica na esfera pública, dialogando com a cultura histórica e suas potencialidades para a aprendizagem histórica. Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli assinam, nesse conjunto, o texto Lugares de aprendizagem, narrativas, reconhecimento e formação da consciência histórica; Marília Gago é autora do texto Narrativas diversas acerca de mo(nu)mentos históricos “controversos” - História pública e disciplinar escolar na perspectiva de Educação Histórica; e João Paulo Charrone finaliza esse bloco com História Pública e Ensino de História em comunidades camponesas no sul do Piauí: o Museu da Memória Camponesa na comunidade Alto Alegre, em Santa Luz/PI.

Schmidt e Cainelli apresentam considerações parciais a partir do projeto “Lugares de Pedagogia, consciência histórica, narrativas nacionais e reconhecimento”, que vem sendo desenvolvido por pesquisadores brasileiros e de outros países como Portugal, Espanha, Canadá, Alemanha, Inglaterra e Colômbia. O projeto advém de reflexões da pesquisa “Indígenas, quilombolas e napalm: uma história da guerrilha do Vale do Ribeira”, proposto pela Universidade Federal do Paraná e que congregou pesquisadores na área de educação histórica, educação, história dos conflitos sociais e história dos livros didáticos. O referido projeto visa investigar as relações dos sujeitos com os “lugares anômalos de aprendizagem, considerando a sua importância como portadores de múltiplas narrativas que representam as lutas pelo reconhecimento identitário dos diferentes grupos”. As autoras apontam as controvérsias que estão ocorrendo em vários países do mundo em torno dos monumentos, as quais revelam as tensões presentes nos lugares de pedagogia, espaços precípuos de construção e comunicação de narrativas nacionais. Entendem, nesse sentido, as narrativas nacionais como dispositivos discursivos que combinam história, memória coletiva e mito, em comunicações teleológicas do passado, presente e futuro de uma nação. As autoras evidenciam que os comunicadores públicos do passado de uma nação, sejam eles professores, curadores, escritores de livros, designers de monumentos, exposições e celebrações públicas devem ter uma compreensão clara dos modelos narrativos nacionais mestres de um país e daqueles que os contestam e repreendem. Salientam que recorrentemente as narrativas contadas e não contadas baseiam-se exclusivamente na agenda moral de seus comunicadores públicos ou na posição do historiador, alertando que a identificação e a compreensão da dimensão narrativa, presentes nos monumentos, colocam em ação a “orientação temporal” da consciência histórica ao facilitar a compreensão de como os valores morais são moldados em um “corpo de tempo” e oferecem uma estrutura para nos envolvermos, criticamente, com as histórias em tempo real que encontramos online ou por meio de intervenções em espaços públicos. O texto finaliza afirmando que, na sociedade global, as estruturas narrativas nacionais e a dimensão narrativa mais ampla oferecem um caminho para a educação histórica abordar a narrativa crítica, identidades múltiplas, num processo constante de mudanças históricas.

O texto de Gago trata, por sua vez, da disseminação de narrativas diversas e da audiência que seus autores querem impactar. Essas narrativas têm diferentes estatutos e

apresentam-se em vários suportes. Nesse conjunto, a autora elege o patrimônio histórico como ferramenta educativa, em que uma minoria influente pode construir uma memória e identidade no âmbito público. Tais narrativas podem estar associadas a realidades consideradas como sensíveis, “por encerrarem em si a valorização, a omissão ou o silenciamento de realidades ou elementos desta, entendidas como controversas”. Assim, a autora articula Educação Histórica e História Pública através de uma metodologia que pode contribuir para que os estudantes construam sentido e significado da realidade, ancorada nas discussões sobre a pluralidade e sobre a diferença. Ela salienta que, “em diversos cantos do globo, presenciamos um debate acalorado na mídia sobre como lidar no presente com a monumentalização de certos eventos e momentos do passado”. Em seguida, analisa situações específicas em Portugal, 50 anos após o 25 abril (marco do fim da ditadura), problematizando o “quase silêncio” acerca de mo(nu)mentos relacionados com o colonialismo e polêmicas que parecem se assentar num conhecimento pouco aprofundado da realidade histórica. No espaço da História Pública “emergem perspectivas diversas e socialmente vivas que encerram formas específicas de compreender o passado, mas também o presente”. Diante desse quadro, o artigo apresenta dados de uma proposta desenvolvida em contexto educativo, envolvendo etapas com perguntas preparatórias para a compreensão das diferentes mensagens, cruzamento de fontes, perguntas-retrato de diversas posturas, cruzamento de fontes, reflexão e fundamentação da opinião e problematização da relação passado e presente. O texto se encerra com a análise desses resultados e evidencia que “estas propostas têm como objetivo potenciar um entendimento empático intercultural, em que a história de cada um ingressa na pluralidade das inúmeras perspectivas que dialogam criticamente, sem abdicar da sua própria identidade em permanente reconstrução”.

Charrone apresenta um texto em que procura “demonstrar a importância do museu da memória camponesa como prática pedagógica vinculada ao campo da história pública a partir da experiência obtida na escola da comunidade rural Alto Alegre, interior da cidade de Santa Luz-PI”. O estudo busca averiguar como o museu da memória contribuiu com a prática pedagógica da comunidade a partir de relatos da experiência de organização desse espaço no ambiente escolar. O objetivo da pesquisa partiu da observação do impacto da realização do museu naquele espaço, buscando entender como ele contribuiria para resgatar a história dessa comunidade, através da ressignificação da história de seus antepassados no tempo

presente. O autor constata que o museu da memória trouxe um aprendizado significativo, “pois quando o sujeito conhece sua história, tende a se valorizar e valorizar o outro”.

No terceiro e último conjunto de artigos, apresentamos Cenarizações no ensino da história do Norte da Lusitânia Romana, de Sara Dias-Trindade; Entre a realização pessoal e a responsabilidade profissional: demandas novas por História de novos públicos estudantis e a angústia de um professor ainda analógico, de Bruno Flávio Lontra Fagundes; e Contribuições da Didática da História para reflexões acerca da presença das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no Currículo, de Josias José Freire Júnior. Esses três textos se alinham ao tratarem da História Digital e de suas relações com a Didática da História, partindo de três contextos e metodologias distintas, mas se aproximando nas reflexões sobre as novas linguagens e seus impactos sobre a aprendizagem e o conhecimento histórico.

Dias-Trindade defende que, através das reconstituições virtuais, torna-se possível tornar legíveis vestígios arqueológicos, disseminando assim informação de forma inteligível para públicos acadêmicos e não acadêmicos. O trabalho procura explicar a importância deste tipo de recurso para a promoção de um ensino de qualidade em História e apresentar o projeto “Cidades do norte da Lusitânia romana em cenários de aprendizagem 3D” enquanto recurso agregador de conhecimento interdisciplinar em estreita articulação com os conteúdos previstos para o ensino da História romana. A autora estabelece uma ligação entre o patrimônio e a educação, contribuindo para conteúdos pedagógicos utilizáveis em ambiente educativo. O texto apresenta resultados das investigações em curso sobre duas cidades romanas antigas através da realidade aumentada ou modelagem 3D. Nesta lógica, sinaliza que o projeto pretende criar conteúdos que permitam ao visitante observar a reconstituição virtual do edifício estando no próprio local em que ele se situava e assim compreender a sua existência enquanto algo integrado num espaço maior. “Definiu-se para iniciar este projeto a reconstituição virtual da Casa dos Repuxos e da Porta Selium da cidade de Conimbriga, para acompanhar as virtualizações em curso em Idanha-a-Velha, em particular de habitações e das muralhas desta cidade, bem como a preparação dos respectivos conteúdos para apresentação nas duas vertentes acima mencionadas: para público em geral e para público escolar”. O projeto deu origem a um kit pedagógico digital que pode servir como preparação para uma visita às cidades de Conimbriga ou de Idanha, mas pretende servir para que, mesmo distantes,

de alguma forma os alunos possam se aproximar destes espaços e consigam aprender a história de Roma e da romanização.

O artigo de Fagundes reflete sobre o tempo de incertezas. O autor sinaliza que “talvez seja um texto angustiado de um historiador que se pergunta cada vez mais sobre a ‘função da história’ e mesmo a função do historiador e do professor de História, ou de quem ensina História por outros meios – hoje meios mais digitais, supostamente mais bem manipulados por estudantes escolares”. Em seguida, ressalta duas crises em que esse problema se situa: a das Humanidades e a da democracia. Analisa a situação em que a História acadêmica concorre com uma História narrada e produzida por outros meios e sujeitos. Nesse sentido, o autor alerta sobre a tarefa de “ocupar a esfera pública digital”, apontando não haver um consenso sobre como agir e produzir e quais conteúdos entregar. “O professor de História ou o historiador (a) parecem decair junto com o desprestígio do analógico. [...] Neste processo, historiadores acadêmicos terão o que ensinar, mas também o que aprender no sentido de que o conhecimento histórico não lhes pertence”. O texto convida a pensar sobre as estratégias a serem desenvolvidas nesse cenário, visando garantir um espaço que hoje é cada vez mais disputado. Fagundes conclui afirmando que o campo do Ensino de História é um lugar privilegiado para se fazer esta discussão, através do qual se pode atrair o grande público escolar e inseri-lo nesse movimento.

Por fim, Freire Júnior desenvolve algumas reflexões acerca das concepções de tecnologias digitais de comunicação e informação (TDIC) e de suas relações com o ensino de História no documento curricular do Estado de Goiás para o Ensino Médio. O autor busca discutir que tipo de história é possível aprender a partir das concepções de TDIC presentes no referido currículo oficial. Para tanto, apresenta “questões concernentes aos temas da educação e das tecnologias, e do ensino de História e tecnologias, bem como a perspectiva da Didática da História a partir da qual se desenvolve a discussão proposta, bem como o porquê de se entender que tal perspectiva é adequada para o tal debate”. As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), segundo o autor, se tornaram um tema fundamental para os debates atuais sobre as transformações da educação contemporânea, particularmente acerca de suas relações com os currículos. Assim, ele compreende as TDIC como o encontro do campo tecnológico com a educação e articula essa percepção ao currículo, que necessariamente se estrutura em determinada perspectiva histórica e é uma das dimensões

da cultura histórica. “De um lado, a questão do currículo é um problema para a Didática da História por se colocar no nível funcional, enquanto carência de orientação e função de orientações existenciais para o conhecimento histórico; por outro lado, cultura, história e currículo estão associados nas práticas cotidianas da sala de aula, nas quais os currículos oficiais são transformados, as culturas interagem e as subjetividades (re)constróem a história viva, da mesma forma que são construídas por ela”. No que se refere às TDIC, o autor analisa o DCGO-EM e a ênfase na presença das TDIC em todas as áreas do conhecimento, o que vai ao encontro das concepções que também introduzem a BNCC, embora, como ele constata, essa presença parece ser mais restrita do que o anunciado na parte dedicada à Formação Geral Básica. Freire Júnior conclui o texto afirmando que as TDIC estão presentes no documento curricular do Estado de Goiás - assim como na BNCC - embora sua apresentação indique outra perspectiva, muito associada a ferramentas ou conteúdos, representando “concepções de currículo e tecnologias digitais de informação e comunicação fragmentadas e desconectadas das culturas histórica, escolar e curricular e, portanto, das concepções de história mais contemporâneas, que a escola constrói e reconstrói”.

Desejamos a todos/as uma boa leitura e que esses oito textos possam apontar novos horizontes para a Didática da História, contemplando verticalidades e horizontalidades no debate e nas ações direcionadas a um ensino de História que leve em conta as múltiplas dimensões do conhecimento histórico, em sintonia com as mudanças, mas sem perder de vista os fundamentos que viabilizaram o surgimento e a expansão de um campo tão potente e multifacetado.

Referências

- BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9, n. 19, p. 29-42, set-89/fev 1990.
- RÜSEN, Jorn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: EdUFPR, 2015.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.
- SILVA, Maria da Conceição. Apresentação. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 1-3, jan./jun. 2012.
- SILVA, Maria da Conceição; CUNHA, Jorge Luiz da. Apresentação. *História Revista*, Goiânia, v.23, n.2, p.1-6, mai./ago. 2018.